

## SUPERINTENDENCIA REGIONAL SUL

## Termo de Referência 61/2025

## Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
61/2025	510181-SUPERINTENDENCIA REGIONAL SUL	LAURA SEGABINAZZI PACHECO	29/10/2025 09:53 (v 0.7)
Status			
ASSINADO			

## Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço não-continuado		35014.309197/2025-31

## 1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1 Contratação futura do serviço de protetização (não implantável), incluindo a avaliação inicial, adaptação e treinamento dos segurados ao uso destes aparelhos, por Licitação na Modalidade Pregão Eletrônico, nos termos da tabela abaixo, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.

GEX FLORIANÓPOLIS						
ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	VALOR UNITÁRIO (DE REFERÊNCIA)	QNT/GEX	VALOR TOTAL
1	Prótese com interface emborrachada e suspensão mecânica, sistema de controle de volume associado à catraca de ajuste de volume, encaixe laminado em fibra de carbono, joelho monocêntrico eletrônico com sistema magnético, modelo RHEO KNEE fornecida pela empresa OssurDynamikSolutions ( <a href="https://www.ossur.com.br/solucoes-proteticas/produtos/dynamic-solutions/rheo-knee">https://www.ossur.com.br/solucoes-proteticas/produtos/dynamic-solutions/rheo-knee</a> ) e pé em fibra de carbono com lâmina em "C" bipartida em antepé para seu membro inferior esquerdo (joelho e pé).	8001	UN	R\$ 198.000,00	1 - Florianópolis	R\$ 198.000,00
2	Duas próteses de membro superior do tipo mioelétricas com pronosupinação (um par de próteses mioelétricas com o modelo de mão DMC PLUS, punho com sistema de prono supinação da marca OttoBock.	8001	UN	R\$ 366.000,00	1 - Florianópolis	R\$ 366.000,00

	OBS.: Transradiais					
				Total:	2	R\$ 564.000,00

**Classificação do objeto quanto à heterogeneidade ou complexidade**

- 1.2. O(s) serviço(s) objeto desta contratação são caracterizados como comum(ns), conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar. Os itens contratados serão confeccionados sob medida para melhora da capacidade física para o trabalho, visando a concessão inicial ou substituição de prótese sem condições de reparo, para os segurados da Gerência Executiva da Superintendência Sul, a saber: GEX Florianópolis/SC.
- 1.3. Os serviços a ser adquiridos são considerado comuns, não se enquadrando como "bem de luxo", uma vez que são prescritos pela perícia médica federal pautada em critérios técnicos, de qualidade necessária para cumprir as finalidades às quais se destinam.

**Classificação do objeto quanto ao modelo de execução**

- 1.4. O serviço é enquadrado como não contínuo.
- 1.5. A presente licitação será realizada por meio de Pregão Eletrônico, conforme art. 3º, inciso I, do Decreto nº 11.462/2023, de acordo com as justificativas constantes no ETP.

**Prazo de Vigência**

- 1.6. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da data a ser fixada no termo de contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 1.7. O contrato ou instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

**2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE**

**2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

- 2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.
- 2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2025 - DFD 31/2024, Contratação 510181-5/2025, conforme consta das informações básicas deste termo de referência.

**3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO**

**3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO**

- 3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

**4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

**Sustentabilidade**

- 4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis - 7ª edição (out/2024). Disponível em <https://www.gov.br/agu/pt-br/composicao/cgu/cgu/modelos/licitacoescontratos/licitacoes-sustentaveis>.
- 4.1.1. O fornecedor deverá observar, em conjunto com as demais especificações e exigências constantes do Termo de Referência, as práticas de sustentabilidade ambientais previstas no art. 4º do Decreto 7.746, de 05 de junho de 2012, bem como na IN nº 1/2010 do SLTI-MPOG: I – baixo impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água; II – preferência para materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local; III – maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia; IV – maior geração de empregos, preferencialmente com mão de obra local; V – maior vida útil e menor custo de manutenção do bem e da obra; VI – uso de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais; VII – origem sustentável dos recursos naturais utilizados nos bens, nos serviços e nas obras; e VIII – utilização de produtos florestais madeireiros e não madeireiros originários de manejo florestal sustentável ou de reflorestamento.
- 4.1.2. Conforme mencionado no item 4.7 do Estudo Técnico Preliminar, o planejamento da presente contratação observou também o constante na Portaria PRES/INSS nº 1.704, de 12 de junho de 2024 que aprovou o Plano de Logística Sustentável - PLS, no âmbito do INSS, na forma dos Anexos I a III.

**Indicação de marcas ou modelos (41, inciso I, da Lei nº 14.133, de 2021)**

4.2. Na presente contratação será admitida a indicação da(s) seguinte(s) marca(s), característica(s) ou modelo(s), de acordo com as justificativas contidas nos Estudos Técnicos Preliminares: Item 01 - Prótese com interface emborrachada e suspensão mecânica, sistema de controle de volume associado à catraca de ajuste de volume, encaixe laminado em fibra de carbono, joelho monocêntrico eletrônico com sistema magnético, modelo RHEO KNEE fornecida pela empresa OssurDynamikSolutions (<https://www.ossur.com.br/solucoes-proteticas/produtos/dynamic-solutions/rheo-knee>) e pé em fibra de carbono com lâmina em “C” bipartida em antepé para seu membro inferior esquerdo (joelho e pé). Item 02 - Duas próteses de membro superior do tipo mioelétricas com pronosupinação (um par de próteses mioelétricas com o modelo de mão DMC PLUS, punho com sistema de pronosupinação da marca OttoBock. OBS.: Transradiais.

**Da exigência de carta de solidariedade**

4.3. Não será exigida carta de solidariedade nesta contratação.

**Subcontratação**

4.4. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

**Garantia da contratação**

4.5. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar, bem como pelas descritas abaixo:

- de o serviço ser não-continuado;
- de não haver pagamento ao fornecedor antes da conclusão do serviço.

**Vistoria**

4.6. Não há necessidade de realização de avaliação prévia do local de execução dos serviços.

**5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

**Condições da execução**

- 5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:
- 5.1.1. Início da execução do objeto: O prazo para início da execução dos serviços dar-se-á a partir da assinatura do contrato.
- 5.1.2. A contar da comunicação oficial enviada pela Equipe de Reabilitação Profissional, a CONTRATADA terá o prazo de 20 (vinte) dias corridos para executar a avaliação pré-protética e tomada de medida dos segurados em unidades do INSS pertencentes à Gerência Executiva de Florianópolis/SC, no âmbito desta Superintendência ou em local indicado pela CONTRATADA, a ser definido pela CONTRATANTE.
- 5.1.3. Essa avaliação inicial deverá contar com a presença do Fiscal Técnico do Contrato.
- 5.1.4. A entrega das próteses deverá ocorrer em até 90 (noventa) dias, contados a partir da apresentação dos segurados para avaliação pré-protética e tomada de medidas, sendo que a entrega da prótese provisória deverá ocorrer em até 30 (trinta) dias corridos, contados a partir da apresentação dos segurados para avaliação pré-protética e tomada de medidas, podendo haver alteração neste prazo em situações específicas.
- 5.1.5. Nos casos excepcionais, em que na avaliação inicial seja identificada a necessidade de pré-protetização (preparação do coto), esta deverá ser considerada para fins de possível alteração no prazo de execução contratual ou substituição do segurado a ser contemplado.
- 5.1.6. O período necessário para a realização do treinamento pós-recebimento do dispositivo poderá ensejar a prorrogação do prazo para entrega definitiva dos serviços.
- 5.1.7. Entende-se por ‘treinamento pós-recebimento do dispositivo’ os procedimentos a serem realizados após o processo de protetização, incluindo o treino para uso e o acompanhamento técnico, visando a completa adaptação do beneficiário ao uso do recurso.
- 5.1.8. A entrega definitiva deverá ocorrer somente após a utilização do encaixe de prova, visando a adaptação prévia do beneficiário ao dispositivo prescrito.
- 5.1.9. A CONTRATADA deverá realizar provas no produto, quantas vezes forem necessárias até a total adequação da órtese/prótese ao segurado.
- 5.1.10. Durante a entrega, a CONTRATADA responsabilizar-se-á por prestar informações aos segurados e ao CONTRATANTE, por escrito, sobre os cuidados de higiene, limpeza e bom uso dos equipamentos recebidos.
- 5.1.11. Nos casos em que for devidamente comprovada a impossibilidade de protetização dos beneficiários deve haver discussão com a equipe técnica do INSS, situação em que o item do contrato poderá ser aproveitado para outro beneficiário ou cancelado.
- 5.1.12. Para o item em que é necessária a existência de sinal mioelétrico do beneficiário para uso do dispositivo, caberá à empresa realizar avaliação do caso anteriormente à contratação do item, em unidade(s) do INSS pertencente(s) à Gerência Executiva Florianópolis/SC, no âmbito desta Superintendência ou em local indicado pela CONTRATADA, a ser definido pela CONTRATANTE.
- 5.1.13. O prazo de execução de qualquer etapa poderá ser prorrogado a critério do CONTRATANTE, desde que requerido pela CONTRATADA, por escrito, sem efeito suspensivo, antes do seu término, apresentando as razões da solicitação, o que será decidido pelo setor competente;
- 5.1.14. A CONTRATADA deverá prestar assistência técnica durante o período de garantia nos prazos e condições especificadas a seguir:

Item	Prazo de Garantia (mínimo)
Próteses	02 (dois) anos
Acessórios	06 (seis) meses

- 5.1.15. No caso em que a garantia do fabricante seja superior aos prazos estabelecidos acima, prevalecerá o prazo de garantia do fabricante.
- 5.1.16. O contratado deve assegurar que o prazo de garantia expresso na proposta de preços oferecida à licitação e neste Termo de Referência esteja

dentro do prazo de validade do material utilizado para confecção do objeto deste Contrato.

5.1.17. A garantia abrange a assistência técnica e a manutenção corretiva dos itens adquiridos, por intermédio dos próprios licitantes, de acordo com as normas técnicas específicas, a fim de mantê-los em perfeitas condições de uso.

5.1.18. Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos itens, compreendendo a substituição de peças, ajustes, reparos e correções necessárias.

5.1.19. O contratado garantirá a qualidade, obrigando-se a providenciar assistência técnica, manutenção, troca, reparação, substituição ou reposição das próteses, órteses, acessórios e componentes essenciais ao seu uso, que apresentarem qualquer irregularidade que impossibilite a plena utilização do objeto licitado, no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contados do início do atendimento, sem qualquer ônus adicional ao CONTRATANTE ou ao segurado, salvo quando o defeito for comprovadamente provocado por uso indevido.

5.1.20. O início do atendimento de manutenção corretiva não poderá ultrapassar o prazo máximo de 7 (sete) dias úteis, contados da notificação por escrito efetuada pelo próprio segurado ou pelo CONTRATANTE, quando necessário.

5.1.21. Considera-se término da manutenção/ajuste do item, a sua disponibilidade para uso em perfeitas condições.

5.1.22. Decorridos os prazos estabelecidos nos subitens acima, sem o devido atendimento, fica o INSS autorizado a tomar as providências cabíveis e analisar a aplicação de penalidades.

5.1.23. A garantia dos produtos inicia com a efetiva entrega do objeto contratado, bem como permanece vigente mesmo após expirado o contrato de prestação de serviços e seu descumprimento ensejará a aplicação das penalidades estabelecidas neste Termo de Referência.

5.1.24. Durante o período de garantia, mesmo após o término da vigência do contrato, caso seja necessário atendimento ao segurado, a empresa poderá atender na unidade do INSS, desde que com anuência da Contratante. A empresa poderá também realizar o atendimento em outro local, desde que na mesma cidade da Unidade do INSS em que foram realizados os atendimentos de avaliação e entrega.

5.1.25. Caso a empresa não consiga realizar o atendimento na cidade onde ocorreram as avaliações dos segurados, ela deverá arcar com todas as despesas correspondentes ao transporte mais adequado e compatível com a deficiência do segurado, desde a sua residência até a sede da empresa ou local por ela indicado para efeito de acompanhamento direto e sistemático. Responsabilizando-se também pela alimentação e pernoite do protetizado e do acompanhante, quando necessário.

5.1.26. O descumprimento das obrigações relativas à garantia dos produtos ensejará a aplicação das penalidades estabelecidas neste Termo de Referência.

5.1.27. A CONTRATADA deve executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta.

**Local e horário da prestação dos serviços**

5.2. Os atendimentos aos beneficiários deverão ser realizados nos endereços abaixo informados:

5.2.1.

GEX	AGÊNCIA/LOCAL DO INSS	ENDEREÇO
FLORIANÓPOLIS	APS Florianópolis Centro	Rua Felipe Schmidt, 331 Centro - Florianópolis - SC
	APS São José	Rua Ademar da Silva, 1279 – Kobrasol – CEP: 88101-091 – São José – SC

5.3. Os horários serão definidos pela unidade de atendimento, assim como pela disponibilidade das fiscais técnicas do contrato.

**Rotinas a serem cumpridas**

- 5.4. A execução contratual observará as rotinas abaixo:
- Avaliação inicial: avaliação pré-protética e tomada de medidas;
  - Acompanhamento: provas e ajustes durante o período de prestação do serviço;
  - Entrega provisória, quando couber: entrega do encaixe provisório e realização dos testes necessários;
  - Entrega definitiva: entrega da prótese/órtese com todos componentes e adaptação do segurado ao uso;
  - Acompanhamento direto e sistemático do protetizado até a completa adaptação, bem como de revisão e reajuste da (s) prótese/órtese.

**Materiais a serem disponibilizados**

5.5. Não se aplica ao objeto da presente licitação.

**Informações relevantes para o dimensionamento da proposta**

- 5.6. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:
- Atendimento de demanda judicial para concessão de prótese aos beneficiários contemplados nesse processo.
  - Previsão de retorno e/ou manutenção dos requerentes ao mercado de trabalho.

**Especificação da garantia do serviço (art. 40, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133, de 2021)**

5.7. O prazo de garantia contratual dos serviços, complementar à garantia legal da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), será de, no mínimo 90 (noventa) dias,, estando especificado abaixo e será contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

- Próteses: 01 (um) ano e 09 (nove) meses, totalizando 02 (dois) anos de garantia

- Acessórios: 03 (três) meses, totalizando 06 (seis) meses de garantia

5.7.1. No caso em que a garantia do fabricante seja superior aos prazos estabelecidos acima, prevalecerá o prazo de garantia do fabricante.

5.7.2. Para efeitos de prazo de garantia, são considerados como ‘acessórios’: liner, joelheira, meia de silicone, meia de algodão, anel móvel, acabamento cosmético da prótese, capa (do pé) e luva cosmética.

#### **Procedimentos de transição e finalização do contrato**

5.8. Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

## **6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

#### **Preposto**

6.6. O Contratado designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto Contratado.

6.7. O Contratado não necessitará manter preposto da empresa no local da execução do objeto durante o período a vigência do contrato e da garantia dos componentes.

#### **Rotinas de Fiscalização**

6.8. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo fiscal do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

#### **Fiscalização Técnica**

6.9. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

6.10. O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

6.11. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

6.12. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV);

6.13. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V);

6.14. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

6.15. A fiscalização da execução dos serviços abrange, ainda, as seguintes rotinas:

6.15.1. Logo após a assinatura do contrato, o Fiscal Técnico deverá entrar em contato com a empresa contratada para agendar o atendimento inicial para tomada de medidas e molde, se necessário.

6.15.2. No atendimento inicial, apresentar a prescrição da perícia médica federal para a CONTRATADA e solicitar que a empresa informe quais componentes/materiais serão utilizados para confecção do recurso.

6.15.3. Acompanhar a execução do contrato para o fornecimento das próteses, especialmente as simulações e testes de prova, que deverão ser previamente comunicadas pela CONTRATADA;

6.15.4. Realizar a conferência do que foi prescrito pelo perito judicial, o que consta no Termo de Referência e o objeto que está sendo entregue pela contratada;

6.15.5. Estando de acordo, o fiscal deverá proceder com a etapa de recebimento provisório.

6.15.6. Caso não esteja de acordo, o fiscal deverá registrar as ocorrências e notificar, de imediato, a empresa contratada para providências cabíveis.

6.15.7. Para a adequada conferência das próteses modulares, somente após serem finalizadas é que deverão ser revestidas em espuma e meia cosmética.

6.15.8. Verificar se os componentes e materiais entregues estão em conformidade com o selos apresentados pela CONTRATADA. E se o Certificado de Garantia consta o prazo em conformidade com o estabelecido no item 5.1.13 deste Termo.

6.15.9. As disposições previstas nesta cláusula não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação.

6.16. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

6.17. As disposições previstas neste Termo de Referência não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação, por força da Instrução Normativa Seges/ME nº 98, de 26 de dezembro de 2022.

#### **Fiscalização Administrativa**

6.18. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

6.19. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

#### **Gestor do Contrato**

6.20. Cabe ao gestor do contrato:

6.20.1 Coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.20.2 Acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.20.3 Acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.20.4 Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.19.5 Tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.19.6 Elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.19.7 Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

## **7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO**

7.1. A avaliação da execução do objeto utilizará método de avaliação da conformidade dos produtos e serviços entregues:

7.1.1. Todas as próteses deverão ser submetidas à avaliação do profissional competente do INSS, quando serão conferidos e dados os devidos aceites, pelo mesmo, não sendo aceitas próteses confeccionadas com materiais de qualidade inferior, em desacordo com o Termo de Referência e/ou não completamente adaptadas ao uso pelo beneficiário.

7.1.2. O procedimento de verificação do cumprimento da obrigação da contratada será realizado pelo Fiscal do contrato conforme previsto neste Termo de Referência.

7.2. Embora os serviços implementados possam ser entregues em etapas, o pagamento será realizado na entrega definitiva do serviço e, conseqüentemente, dos produtos finais.

7.3. Excepcionalmente, conforme descrito no item 7.47 deste termo, poderá ser feito pagamento em 2 (duas) parcelas.

7.4. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

7.4.1. não produziu os resultados acordados,

7.4.2. deixou de executar, ou não executou com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.4.3. deixou de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou os utilizou com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.5. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

7.6. A Contratada será remunerada após efetuar a prestação do serviço e fornecimento do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca /fabricante, modelo, prazo de garantia ou validade, nome do segurado, CPF e número do contrato.

7.7. Os demais mecanismos de controle para fiscalização da prestação dos serviços serão:

7.7.1. Entregar o Certificado de Garantia do Produto com a identificação dos seus componentes e número de série de acordo com a proposta ofertada na licitação. Assim como cópia do Certificado de Registro contendo o número do Registro do Produto no Ministério da Saúde/Serviço de Vigilância Sanitária, ou documento equivalente (comprovante de isenção de registro);

7.7.2. Fornecer o Manual do Usuário, com uma versão em português (quando for o caso), e a relação da rede de assistência técnica autorizada, nos casos em que couber.

7.8. Quanto à garantia de execução, devido a especificidade do serviço, por se tratar de serviço de natureza técnica e personalizada, a mensuração adequada dos resultados é a entrega do produto de acordo com as especificações técnicas prescritas pelo perito médico e em perfeito estado de uso.

7.9. Não havendo, portanto, indicadores mínimos de desempenho a serem aceitos neste contrato, a Contratada deve obrigatoriamente, fornecer o serviço /produto de acordo com o solicitado pela Contratante e que se encaixe perfeitamente ao requerente, para que o objetivo deste seja alcançado, qual seja, retorno ao trabalho, promover qualidade de vida, retorno à vida social.

7.10. Não haverá qualquer margem de tolerância quanto ao desempenho do serviço prestado, caso contrário, ensejará penalidades à Contratada e/ou a rescisão unilateral do contrato;

7.11. Não haverá pagamento de qualquer nota fiscal sem que o objeto deste contrato seja entregue de forma definitiva.

7.12. Excepcionalmente, nos casos de impossibilidade de continuidade da prestação do serviço após a avaliação inicial e a confecção da prótese, por motivos alheios à CONTRATADA (por exemplo: óbito do beneficiário, abandono, recusa), poderá haver pagamento proporcional ao valor do item, pelo serviço prestado, desde que não seja possível direcionar o item para outro segurado, nas seguintes condições:

7.12.1. Caso o equipamento já confeccionado possa ser devolvido à CONTRATADA, ou ainda não tenha sido entregue ao beneficiário: 15% do valor do item, como compensação pelo serviço prestado;

7.12.2. Caso o equipamento já confeccionado tenha sido entregue ao segurado, na presença do Fiscal Técnico e/ou da Perícia Médica Federal (entrega provisória), em conformidade com o previsto no Termo de Referência e prescrição, e não possa ser devolvido à CONTRATADA (por exemplo: extravio, não comparecimento do beneficiário à convocação, furto/roubo): 85% do valor do item, como compensação pelo serviço prestado e material já dissipado.

7.13. Após conferência da Nota Fiscal/documentação, esta deverá ser anexada ao processo SEI, para ateste pela Divisão de Logística, Licitação, Contratos e Engenharia e posterior emissão da Autorização de Pagamento.

### **Do recebimento**

7.14. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 10 (dez) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.

7.15. O prazo para recebimento provisório será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.16. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

7.17. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

7.18. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.19. Para efeito de recebimento provisório, será considerado para fins de faturamento, a entrega definitiva do serviço.

7.20. Ao final de cada período/evento de faturamento:

7.20.1. o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato;

7.21. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

7.22. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

7.23. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

7.24. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.25. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.26. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.27. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.27.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento.

7.27.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao Contratado, por escrito, as respectivas correções;

7.27.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

- 7.27.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal de Serviço, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.
- 7.27.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.
- 7.28. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.
- 7.29. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo Contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.
- 7.30. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.
- 7.31. Relativamente ao disposto neste Termo de Referência, aplicam-se também, subsidiariamente, no que couberem, as disposições do Código de Defesa do Consumidor – Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990.
- 7.32. A entrega das próteses deverá ocorrer nas unidades do INSS descritas em itens anteriores (ou quando necessário, em outro local no mesmo município a ser definido pela CONTRATANTE e informado à CONTRATADA), na presença do segurado, servidores indicados pelo INSS conforme as normas vigentes e do técnico e/ou responsável da empresa CONTRATADA e, se necessário, na presença do Gestor do Contrato.
- 7.33. A entrega será realizada em horários e dias pré-definidos de acordo com cada unidade participante do processo licitatório.
- 7.34. O agendamento da entrega será feito a partir de comunicação formal à CONTRATADA, em data e horário acordados entre CONTRATADA e CONTRATANTE.
- 7.35. Ainda na entrega, o Fiscal Técnico providenciará o preenchimento do Termo de Aceite, previsto no Catálogo de Anexos do Serviço de Reabilitação Profissional, ou outro normativo vigente, onde deverá constar as seguintes assinaturas: da empresa de ortopedia técnica, do (a) requerente e do(s) Fiscal técnico do contrato. Este documento permite controlar o recebimento/entrega do(s) recurso(s) material(ais) ao requerente no Programa de Reabilitação Profissional.
- 7.36. O preenchimento do Termo de Aceite não exclui a obrigatoriedade do Termo de Garantia expedido pela CONTRATADA, em papel timbrado. A via original que será entregue ao requerente deverá ser digitalizada e anexada ao processo de Reabilitação Profissional e no respectivo processo SEI com os demais documentos.

### **Liquidação**

- 7.37. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.
- 7.38. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 7.39. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal apresentada é de Serviço e expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
- I) o prazo de garantia;
  - II) a data da emissão;
  - III) os dados do contrato e do órgão contratante, além do nome do segurado que recebeu o dispositivo;
  - IV) descrição dos serviços efetuados e marca/fabricante e modelo do item entregue,
  - V) o valor a pagar; e
  - VI) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
- 7.40. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;
- 7.41. A Nota Fiscal deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.
- 7.42. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:
- 7.42.1. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;
  - 7.42.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.
- 7.43. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.
- 7.44. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 7.45. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.
- 7.46. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.
- 7.47. No serviço de protetização, quando houver a necessidade do uso de encaixe provisório por período que extrapole o prazo final para entrega (90 dias a contar da tomada de medidas), poderá ser realizado o parcelamento do pagamento.
- 7.47.1. Nessas situações, a CONTRATADA deverá sinalizar à CONTRATANTE, que deseja receber parcelado.
  - 7.47.2. O pagamento será parcelado em 2 (duas) vezes, sendo a primeira parcela paga após a avaliação da adaptação do segurado ao encaixe provisório e demais componentes definitivos da prótese e a segunda, e última, após entrega do encaixe definitivo.
  - 7.47.3. O valor de cada parcela corresponderá a 60% e 40% do valor total, respectivamente.



7.47.4. Os trâmites para a realização desses pagamentos seguirão os mesmos ritos já descritos nos itens 7.14 a 7.48 deste Termo, sendo necessário cumprir as etapas 'recebimento provisório' e 'recebimento definitivo' para o pagamento de cada parcela.

#### **Prazo de pagamento**

7.48. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.49. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

#### **Forma de pagamento**

7.50. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.51. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.52. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.52.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.53. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

#### **Antecipação de pagamento**

7.54. Não se admitirá a antecipação de pagamento parcial/total do objeto licitatório.

#### **Reajuste**

7.55. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, considerando as planilhas referenciais datada de 28/08/2025.

7.56. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.57. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.58. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.59. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.60. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.61. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.62. O reajuste será realizado por apostilamento.

#### **Cessão de crédito**

7.63. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

7.63.1. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.63.2. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, tudo nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

7.63.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

7.63.4. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

7.64. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

## 8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;

- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- 8.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- 8.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- 8.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

8.2.4. Multa:

8.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias.

8.2.4.2. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

8.2.4.3. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de 15% (quinze por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

8.2.4.4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de 10% (dez por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

8.2.4.5. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de 5% (cinco por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

8.2.4.6. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de 1% (um por cento) a 10% (dez por cento) do valor da contratação.

8.2.4.7. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de 0,5% (meio por cento) a 5% (cinco por cento) do valor da contratação, ressalvadas as seguintes infrações também enquadráveis nessa alínea:

8.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

8.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

8.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

8.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

8.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

8.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

8.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

8.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicafe serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

8.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

8.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

8.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

8.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

8.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

8.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

8.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

8.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

8.12.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

8.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

## 9. FORMA E CRITÉRIOS SELEÇÃO DO FORNECEDOR

### 9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

#### Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

#### Regime de execução

9.2. O regime de execução do contrato será do tipo empreitada por preço unitário.

#### Exigências de habilitação

9.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

#### Habilitação jurídica

9.4. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.5. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede; Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.6. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.7. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.8. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

9.9. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.10. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

9.11. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.12. Consórcio de empresas: contrato de consórcio devidamente arquivado no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas

Mercantis (art. 279 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976) ou compromisso público ou particular de constituição, subscrito pelos consorciados, com a indicação da empresa líder, responsável por sua representação perante a Administração (art. 15, caput, I e II, da Lei nº 14.133, de 2021).

9.13. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

#### **Habilitação fiscal, social e trabalhista**

9.14. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.15. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.16. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.17. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.18. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Municipal ou Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.19. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.20. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.21. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

#### **Qualificação Econômico-Financeira**

9.22. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

9.23. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

9.24. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis do último exercício social, comprovando para cada exercício, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

$$LG = \text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}$$
$$\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}$$
$$SG = \text{Ativo Total}$$
$$\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}$$
$$LC = \text{Ativo Circulante}$$
$$\text{Passivo Circulante}$$

9.25. Caso a empresa apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido, para fins de habilitação, será exigido para fins de habilitação o percentual de 10% do valor total estimado da contratação.

9.25.1. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

9.25.2. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.26. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

#### **Qualificação Técnica**

9.27. Prova de atendimento aos requisitos mínimos previstos na Resolução ANVISA RDC nº 192/2002 alterada pela RESOLUÇÃO RDC Nº 937, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2024.

#### **Qualificação Técnico-Operacional**

9.28. Comprovação de aptidão para execução de serviço similar, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

9.28.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

9.28.2. Apresentar um ou mais atestados de capacidade técnica, em nome da licitante, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado compatível, em características e prazos, com o objeto da licitação. A quantidade de itens entregues, constantes nos atestados apresentados,

deverá ser equivalente ao percentual de 50% (cinquenta) do quantitativo total dos itens que a licitante tenha ofertado o menor lance no pregão, sendo que caso a conta resulte em valor menor que uma unidade, o quantitativo a ser exigido para capacidade técnica será 1 (um).

9.28.3. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

9.28.4. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

9.28.5. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

9.28.6. O licitante deverá apresentar Alvará de Funcionamento contendo atividade econômica licenciada relacionada ao objeto da licitação, em plena validade, concedida pela Vigilância Sanitária Municipal ou Estadual, esta última hipótese nas localidades onde tal concessão não seja municipalizada, conforme previsto no art. 7º da Resolução ANVISA RDC nº 192, de 28 de junho de 2002 alterada pela RESOLUÇÃO RDC Nº 937, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2024.

9.28.7. Localização e instalações devem atender ao disposto nos artigos 9º, 10, 11, 12, 13, 14 e 15 do anexo da RDC nº 192/2002, alterada pela RESOLUÇÃO RDC Nº 937, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2024.

9.28.8. Comprovação de Qualificação do Responsável Técnico, consoante determina os artigos 4º, 5º e 6º do anexo da Resolução ANVISA RDC nº 192 /2002, alterada pela RESOLUÇÃO RDC Nº 937, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2024, bem como comprovação de seu vínculo com a empresa CONTRATANTE;

9.28.9. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

9.29. Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

9.30. A apresentação, pelo fornecedor, de certidões ou atestados de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte será admitida, desde que atendidos os requisitos do art. 67, §§ 10 e 11, da Lei nº 14.133/2021 e regulamentos sobre o tema.

### **Qualificação Técnico-Profissional**

9.31. Apresentação do(s) profissionais(is), abaixo indicado(s), devidamente registrado(s) no conselho profissional competente, detentor(es) de atestado de responsabilidade técnica por execução de serviço de características semelhantes, também abaixo indicado(s):

9.31.1. Para o Protésista/Ortesista: serviços de: confecção de próteses e órteses.

9.31.2. O(s) profissional(is) acima indicado(s) deverá(ão) participar do serviço objeto do contrato, e será admitida a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração (§ 6º do art. 67 da Lei nº 14.133, de 2021).

9.32. Não serão admitidos atestados de responsabilidade técnica de profissionais que, na forma de regulamento, tenham dado causa à aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do caput do art. 156 da Lei n.º 14.133, de 2021, em decorrência de orientação proposta, de prescrição técnica ou de qualquer ato profissional de sua responsabilidade.

9.33. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

### **Disposições gerais sobre habilitação**

9.34. Quando permitida a participação na licitação/contratação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.35. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.36. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.37. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.38. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

9.39 O licitante provisoriamente vencedor em um item, que estiver concorrendo em outro item, ficará obrigado a comprovar os requisitos de habilitação cumulativamente, isto é, somando as exigências do item em que venceu às do item em que estiver concorrendo, e assim sucessivamente, sob pena de inabilitação, além da aplicação das sanções cabíveis. Não havendo a comprovação cumulativa dos requisitos de habilitação, a inabilitação recairá sobre o (s) item (ns) de menor (es) valor(es), cuja retirada(s) seja(m) suficiente(s) para a habilitação do licitante nos remanescentes.

### **Documentação complementar para cooperativas**

9.40. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

9.41. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

9.42. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

9.43. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

9.44. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

9.45. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;

9.46. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:

9.46.1. ata de fundação;

9.46.2. estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;

9.46.3. regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;

9.46.4. editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;

9.46.5. três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais;

9.46.6. ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da contratação; e

9.46.7. última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

## 10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 564.000,00 (quinhentos e sessenta e quatro mil), conforme custos unitários apostos no subitem 1.1. deste Termo de Referência.

## 11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

11.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

## 12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

Florianópolis, 28 de outubro de 2025.

**NÚCLEO DE APOIO EM LICITAÇÕES NO ÂMBITO DA RP SRSUL**

**PORTARIA DIRBEN/INSS Nº 33, DE 26 DE MARÇO DE 2025**

## 13. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**CRISTIANE ORZECHOVICZ ZAPPELINI**

Coordenadora de Gestão de Benefícios da SR SUL

**LETICIA LOPES SOARES**

Chefe do SEREAB SR SUL



*Assinou eletronicamente em 29/10/2025 às 09:53:00.*

**LAURA SEGABINAZZI PACHECO**

Equipe de apoio



*Assinou eletronicamente em 28/10/2025 às 11:55:06.*

**FABIANA MELO DE MEDEIROS SANTOS**

Equipe de apoio



*Assinou eletronicamente em 28/10/2025 às 16:40:01.*

**JACQUELINE SANDRINO RIBEIRO**

Equipe de apoio



*Assinou eletronicamente em 29/10/2025 às 08:49:51.*

**LUIS FERNANDO DA ROCHA COELHO**

Equipe de apoio



*Assinou eletronicamente em 29/10/2025 às 08:49:03.*

## Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - ETP510181\_000028\_2025.pdf (93.62 KB)
- Anexo II - MAPA DE RISCOS GEX FLO.pdf (99.55 KB)
- Anexo III - DFD 31 RS.pdf (46.31 KB)



## SUPERINTENDENCIA REGIONAL SUL

# Estudo Técnico Preliminar 28/2025

## 1. Informações Básicas

Número do processo: 35014.309197/2025-31

## 2. Descrição da necessidade

- 2.1. A necessidade da contratação é a concessão de próteses não implantáveis, incluindo a avaliação inicial, o treinamento pós recebimento do recurso e /ou adaptação ao dispositivo, o encaixe provisório e definitivo, aos segurados os quais possuem demanda judicial para concessão de prótese: JOÃO HENRIQUE xxx xxx, CPF: 066.xxx.xxx-xx - AÇÃO Nº 5016475-90.2021.4.04.7200/SC e MANOEL xxx xxx, CPF: 057.xxx.xxx-xx - SENTENÇA 50224345120238240064/SC. A demanda contempla segurados em Programa de Reabilitação Profissional, em cumprimento das obrigações legais do INSS, especialmente as constantes dos artigos 89 e 90 da Lei 8.213/1991, artigos 136 e 137 do Decreto nº 3048/1999, Resolução nº 626/PRES/INSS, de 09 de fevereiro de 2018 e artigo 419 da Instrução Normativa INSS/PRES nº 128/2022 e Portaria DIRBEN/INSS nº 999 de 28/03/2022 e suas alterações.
- 2.2. A pretensa contratação do serviço deverá ser realizada através de licitação, na modalidade de Pregão Eletrônico, visando atender as necessidades do Instituto.
- 2.3. Consideram-se próteses não implantáveis os dispositivos destinados às substituições parciais ou totais de membros (superiores ou inferiores) ou outras estruturas sem necessidade de intervenção cirúrgica para implantação. São componentes artificiais de substituição, que têm por finalidade suprir necessidades e funções do corpo humano.
- 2.3.1. As próteses são normalmente confeccionadas sob medida e servem para auxiliar a mobilidade, funções manuais, correção postural, função auditiva, função visual, entre outras.
- 2.4. O serviço é necessário e imprescindível para garantir o atendimento da demanda dos segurados supracitados, os quais são acompanhados pela equipe de Reabilitação Profissional da Gerência Executiva Florianópolis, desta Superintendência Regional.
- 2.5. Uma importante peculiaridade diferencia a concessão realizada pelo INSS daquelas realizadas por outros entes públicos, que é o enfoque na dimensão do trabalho. Para tal, são considerados os aspectos clínicos e socioprofissionais do indivíduo com vistas à adequada escolha dos componentes e configurações dos aparelhos a serem concedidos.
- 2.6. O serviço a ser adquirido é essencial e imprescindível para o andamento do Serviço de Reabilitação Profissional da Gerência Executiva Florianópolis, sendo que o não fornecimento pode acarretar transtornos e prejuízos ao desempenho laboral dos segurados.
- 2.7. O objetivo final é mitigar os efeitos do afastamento e da incapacidade funcional possibilitando melhora da capacidade física e consequente manutenção e/ou retorno ao trabalho.

## 3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Serviço de Reabilitação Profissional - SEREAB SR SUL	Letícia Lopes Soares
Coordenação de Serviço de Benefícios da Superintendência Regional Sul	Cristiane Orzechovicz Zapelini

## 4. Descrição dos Requisitos da Contratação

- 4.1. O fornecimento do presente objeto deverá obedecer às especificações constantes no Edital e no Termo de Referência e na prescrição do Perito Judicial, devendo ser utilizados materiais com peças originais e de primeira qualidade e, nos casos em que couber, com selo da ANVISA (Agência Nacional de Vigilância Sanitária). O licitante ficará responsável pela avaliação inicial, como também pelo treinamento pós recebimento do dispositivo até a adaptação da prótese, incluindo o encaixe provisório e o encaixe definitivo. O serviço deve ser prestado por empresas de ortopedia técnica, que necessariamente devem possuir responsável técnico protesista-ortesta (CBO 3225-05).
- 4.2. Considerando a possibilidade de divergências existentes entre as especificações do Sistema SIASG e as do Termo de Referência, esclarecemos aos Licitantes que prevalecerão as especificações constantes no Termo de Referência.
- 4.3. Considerando que o INSS foi condenado, nos autos da Apelação Cível nº 5016475-90.2021.4.04.7200/SC e na Sentença 50224345120238240064 /SC, a fornecer “prótese mais adequada ao recorrente, nos termos do laudo pericial judicial, inclusive a sua assistência técnica permanente”, o objeto deverá ser fornecido em conformidade com a descrição detalhada constante no referido laudo e sentença, o que inclui a indicação da marca.

- 4.3.1. Ressalta-se que a menção expressa à marca decorre de determinação judicial e da necessidade de atender de forma integral à prescrição pericial, de modo a assegurar a efetividade da decisão e a proteção dos direitos do beneficiário. Ademais, verifica-se que a marca indicada não implica restrição à competitividade do certame, uma vez que existem diversos fornecedores aptos a comercializar o produto, preservando-se, assim, os princípios da isonomia e da seleção da proposta mais vantajosa para a Administração.
- 4.4. Trata-se de serviço comum, não-continuado, a ser contratado mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica, sendo seu objeto específico e necessário por um período pré-determinado, conforme a demanda identificada pela Equipe de Reabilitação Profissional.
- 4.5. A obrigação de confeccionar e fornecer próteses não implantáveis sob medida possuem a natureza jurídica de serviços, nos termos do art. 6º, II, da Lei nº 8666/1993, conforme uniformização prevista no Despacho nº 249/2019/GAB/PFE-INSS-SEDE/PGF/AGU.
- 4.6. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis - 7ª edição (outubro/2024).
- 4.6.1. O fornecedor deverá observar, em conjunto com as demais especificações e exigências constantes do Termo de Referência, as práticas de sustentabilidade ambientais previstas no art. 4º do Decreto nº 7.746, de 05 de junho de 2012, bem como na IN/SLTI/MPOG nº 1/2010:
- I – baixo impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água;
  - II – preferência para materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local;
  - III – maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia;
  - IV – maior geração de empregos, preferencialmente com mão de obra local;
  - V – maior vida útil e menor custo de manutenção do bem e da obra;
  - VI – uso de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais;
  - VII – origem ambientalmente regular dos recursos naturais utilizados nos bens, serviços e obras;
  - VIII – que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2;
  - IX – que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;
  - X – que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento; e
  - XI – que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenilpolibromados (PBDEs).
- 4.7. O planejamento da presente contratação observou também o constante na Portaria PRES/INSS nº 1.704, de 12 de junho de 2024 que aprovou o Plano de Logística Sustentável - PLS, no âmbito do INSS, na forma dos Anexos I a III.
- 4.7.1. Cabe destacar o alinhamento às Diretrizes-Eixo 01 "Incentivar compras públicas sustentáveis para aquisição de materiais e para a contratação de serviços" e 03 "Observar o princípio do desenvolvimento nacional sustentável nas licitações e contratos" do referido Plano, com objetivo de reduzir os impactos ambientais na contratação.
- 4.8. O prazo de vigência da contratação é de 12 meses contados da assinatura do contrato, ou de data posterior a ser fixada no termo de Contrato, com eficácia a partir da data da publicação no Diário Oficial da União, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 4.8.1 O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

## 5. Levantamento de Mercado

- 5.1. O levantamento de mercado tem a finalidade de identificar quais as soluções existentes atendem aos requisitos da contratação e foi realizado com base em ampla pesquisa de preços em diferentes fontes: Banco de Preços em Saúde, com a devida cautela, em função de peculiaridades do item pesquisado, ferramenta de Pesquisa de Preços no Portal de Compras do Governo Federal, Painel Nacional de Contratações Públicas, Portal da Transparência de Notas Fiscais e pesquisa junto a fornecedores.
- 5.2 Considerando que a presente demanda deverá ser atendida através da contratação de empresa especializada em prestação de serviços de protetização, tendo em vista que tal solução já é praticada ao longo dos últimos anos no âmbito do INSS e atende às necessidades do setor requisitante, utilizou-se para o levantamento apenas empresas do ramo pertinente à contratação.
- 5.3. A maioria dos órgãos públicos adota o modelo de contratação já amplamente difundido pela IN/SEGES/MP nº 5/2017 e normas anteriores, que engloba a mão de obra e o fornecimento de materiais, equipamentos e utensílios, utilizando-se a metodologia de remuneração por unidade, sendo esta a que atende satisfatoriamente às necessidades do INSS.
- 5.4. Quadro com soluções de mercado: este item foi suprimido deste ETP e do Termo de Referência, visto que o serviço em questão possui especificidades que limitam o uso do quadro com soluções de mercado. Os recursos objetos desta licitação são prescritos de forma detalhada para atender a uma demanda específica, inviabilizando o uso de diferentes soluções para atender a mesma demanda.

## 6. Descrição da solução como um todo

- 6.1. A pretensa contratação tem como objeto a contratação de serviço de concessão de próteses não implantáveis, incluindo a avaliação inicial, o treinamento pós recebimento do dispositivo até a adaptação das próteses, o encaixe provisório e o encaixe definitivo, destinado aos segurados JOÃO HENRIQUE xxxx, e MANOEL xxx xxxx, no âmbito da Superintendência Regional Sul, em regime de empreitada por preço unitário, sendo o critério de julgamento o menor preço, para atender a demanda da Gerência Executiva do INSS em: Florianópolis.
- 6.2. O contratado garantirá a qualidade da solução fornecida durante o prazo de garantia estabelecida no Termo de Referência e no contrato, obrigando-se a providenciar assistência técnica, manutenção, troca, reparação, substituição ou reposição das próteses, órteses, acessórios e componentes

essenciais ao seu uso, que apresentarem qualquer irregularidade que impossibilite a plena utilização do objeto licitado.

6.3. As justificativas técnica e econômica da escolha do tipo de solução estão detalhadas no restante deste Estudo, em especial nos itens relacionados a descrição da necessidade, levantamento de mercado e estimativa do valor da contratação.

## 7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7.1. O quantitativo do serviço a ser adquirido pela Superintendência Regional Sul está descrito no Quadro Estimativa de Contratação, a seguir, e foi levantado com base nas demandas judiciais apresentadas pelos segurados nas prescrições detalhadas pelo perito judicial.

7.2. Quadro Estimativa de Contratação:

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE TOTAL	GEX
01	Prótese com interface emborrachada e suspensão mecânica, sistema de controle de volume associado à catraca de ajuste de volume, encaixe laminado em fibra de carbono, joelho monocêntrico eletrônico com sistema magnético, modelo RHEO KNEE fornecida pela empresa OssurDynamikSolutions ( <a href="https://www.ossur.com.br/solucoes-proteticas/produtos/dynamic-solutions/rheo-knee">https://www.ossur.com.br/solucoes-proteticas/produtos/dynamic-solutions/rheo-knee</a> ) e pé em fibra de carbono com lâmina em “C” bipartida em antepé para seu membro inferior esquerdo (joelho e pé).	01	FLO
02	Duas próteses de membro superior do tipo mioelétricas com pronosupinação (um par de próteses mioelétricas com o modelo de mão DMC PLUS, punho com sistema de prono supinação da marca OttoBock.  OBS.: Transradiais	01	FLO

## 8. Estimativa do Valor da Contratação

**Valor (R\$):** 564.000,00

- 8.1. O custo estimado da contratação é de R\$ 564.000,00 (quinhentos e sessenta e quatro mil reais).
- 8.2. Tal valor foi obtido a partir da pesquisa de preços realizada pela Equipe de Planejamento em conformidade com a IN Seges/ME nº 65, de 07/07/2021.
- 8.2.1. Justifica-se a dispensa da 'Planilha para decomposição de custos' em razão do objeto desta contratação ser apenas a protetização do segurado, e os serviços aqui contemplados são intrínsecos à confecção/montagem da prótese, ou seja, são apenas os essenciais para entrega do recurso material. Ademais, a prática usual de mercado para este tipo de serviço não é pela decomposição dos preços unitários, e sim pelo preço único, o que não prejudica a aferição da exequibilidade dos mesmos. Dessa forma, pressupõe-se que, pela natureza do objeto, tal detalhamento torna-se inviável e desnecessário nesta contratação, nos termos do item 9.4.1 do Acórdão TCU nº 1750/2014 - Plenário, seguindo o constante no subitem b.1, do item 2.9 do Anexo V da Instrução Normativa Seges/MP nº 05/2017.
- 8.3. A Tabela Comparativa dos Preços Obtidos no Levantamento de Preços consta no Anexo 1 deste estudo e no documento SEI nº 22157069 do processo em epígrafe.
- 8.3.1. A metodologia e a análise crítica da Pesquisa de Preços constam no Anexo 2 deste ETP (Nota Técnica) - SEI nº 22170884.
- 8.4. Os documentos de suporte utilizados na elaboração da pesquisa de preços foram anexados no processo SEI em epígrafe.
- 8.5. Do levantamento realizado foi calculado o preço estimado, apresentados no quadro abaixo.

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	Prótese com interface emborrachada e suspensão mecânica, sistema de controle de volume associado à catraca de ajuste de volume, encaixe laminado em fibra de carbono, joelho monocêntrico eletrônico com sistema magnético modelo RHEO KNEE fornecida pela empresa OssurDynamikSolutions ( <a href="https://www.ossur.com.br/solucoes-proteticas/produtos/dynamic-solutions/rheo-knee">https://www.ossur.com.br/solucoes-proteticas/produtos/dynamic-solutions/rheo-knee</a> ) e pé em fibra de	01	R\$ 198.000,00	R\$ 198.000,00

	carbono com lâmina em “C” bipartida em antepé para seu membro inferior esquerdo (joelho e pé).			
02	Duas próteses de membro superior do tipo mioelétricas com pronosupinação (um par de próteses mioelétricas com o modelo de mão DMC PLUS, punho com sistema de prono supinação da marca OttoBock.  OBS.: Transradiais	01	R\$ 366.000,00	R\$ 366.000,00
VALOR ESTIMADO GLOBAL:		R\$ 564.000,00		

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1. A licitação será realizada pela Superintendência Regional Sul, de acordo com a organização da equipe de Reabilitação Profissional e Logística, uma vez que se trata de demanda judicial para concessão de próteses.

9.2. A presente contratação será realizada por item (02 - dois), ou seja, não haverá o parcelamento do objeto.

9.3. Já a eventual divisão dos itens entre o fornecimento dos serviços (mão de obra) e materiais (componentes das próteses) causaria uma inviabilidade técnica e econômica com prejuízo ao conjunto e perda da economia de escala.

9.3.1. Os materiais incluídos para esta contratação estão intrinsecamente relacionados com a execução dos serviços de avaliação inicial, tomada de medidas, adaptação, treinamento e manutenção da órtese ou prótese.

9.3.2. Na hipótese da retirada dos materiais, poderia haver prejuízo no desempenho da empresa contratada, porquanto o resultado das suas atividades dependeria em grande parte da Administração, a quem caberia fornecer regularmente os insumos indispensáveis à prestação dos serviços.

9.3.3. Considerando que a Administração Pública não possui a mesma flexibilidade e presteza que a iniciativa privada na contratação imediata de materiais e serviços, em face das exigências legais a que está submetida, a prestação dos serviços ficaria prejudicada sempre que houvesse a falta de alguns destes itens.

9.3.4. Além disto, a divisão da contratação dessa forma afetaria o ganho de escala e tornaria a fiscalização mais onerosa para o INSS, dificultando, inclusive, a gestão dos diversos contratos em face do reduzido quadro de servidores.

9.4. Assim, pelos motivos expostos, entende-se que a prestação do serviço de protetização nesta Superintendência Regional poderá ser realizada por um único fornecedor, com assinatura de um único contrato. Cabe ressaltar que todos os materiais e componentes necessários à execução adequada do serviço serão considerados como um único item, para melhor atender aos interesses da Administração.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10.1. Não há em vigor outra contratação no âmbito da Superintendência Regional Sul correlacionada e/ou interdependente com o objeto em questão.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11.1. A contratação deste serviço está alinhada com os objetivos contidos no Mapa Estratégico do INSS do quadriênio 2024/2027, aprovado pela RESOLUÇÃO CEGOV/INSS N° 33, de 21 de setembro de 2023, quais sejam:

a) Otimizar a infraestrutura e a aplicação de recursos; e

b) Promover a melhoria contínua da qualidade na prestação dos serviços e benefícios.

11.2. Conforme Relatório de Itens do Plano Anual PCA 2025- DFD 31/2024, Contratação 510181-5/2025, o valor aqui encontrado faz parte da Programação Orçamentária da Reabilitação Profissional da Superintendência Regional Sul.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

12.1. Tal contratação será benéfica e vantajosa ao INSS, uma vez que não implicará em investimentos, tais como contratação de mão de obra especializada, locação e/ou aquisição de equipamentos e materiais específicos, maximizando o aproveitamento dos serviços prestados.

12.2. Ressalte-se os benefícios diretos e indiretos almejados pelo INSS com a contratação, entre os quais a economicidade, eficácia, eficiência, melhor aproveitamento de recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis.

12.3. Tais benefícios serão obtidos pelo fato de que a protetização dos segurados foi determinada pela perícia médica federal e pela justiça, sendo fator imprescindível para o desenvolvimento do Programa de Reabilitação Profissional ou retorno imediato ao mercado de trabalho.

12.4. Além disso, o INSS não dispõe em seu Quadro de Pessoal, de servidores da categoria funcional para fazer confecção e manutenção dos dispositivos, tornando necessária a contratação.

## 13. Providências a serem Adotadas

13.1. Para a pretensa contratação não haverá necessidade de adequação do ambiente onde os serviços serão realizados. Caso não haja local apropriado no INSS, ou conforme conveniência do órgão, os serviços poderão ser realizados na empresa contratada ou em local por ela indicado desde que tenha anuência e aprovação do INSS.

13.2. O INSS é responsável pela nomeação de servidores para atuarem como Gestor, Fiscal Técnico, Fiscal Administrativo e Fiscal Setorial, estes dois últimos conforme a necessidade, nos termos da IN/SEGES/MP nº 5/2017, para atuação na gestão e fiscalização contratual, além de outros atores ou substitutos que julgar necessários à perfeita execução do objeto.

13.3. Para a indicação dos servidores que atuarão como Gestor e Fiscal Técnico, a gestão deve considerar a necessária capacitação ou conhecimento técnico na área do contrato.

## 14. Possíveis Impactos Ambientais

14.1. Não há neste processo impactos ambientais, uma vez que nenhum produto será confeccionado dentro das unidades do INSS. Os produtos serão fabricados no espaço físico do fornecedor e apenas entregues na unidade de Reabilitação Profissional da Gerência Executiva Florianópolis abrangida pela Superintendência Regional Sul.

14.2. O fornecedor deverá ainda atentar-se às práticas de sustentabilidade ambientais previstas no art. 4º do Decreto 7.746, de 05 de junho de 2012, bem como na IN/SLTI/MPOG nº 1/2010, visando mitigar os possíveis impactos ambientais, conforme detalhado no item 4.6. deste Estudo.

14.3. Em consulta ao Guia Nacional de Licitações Sustentáveis da CGU e à IN nº 6/2013 do Ibama, não identificamos que a atividade objeto desta licitação se enquadra como atividade potencialmente poluidora e utilizadora de recursos ambientais.

## 15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

### 15.1. Justificativa da Viabilidade

15.1. Considerando as informações do presente estudo, entende-se que a presente contratação configura-se técnica e economicamente viável, uma vez que atende as necessidades da Gerência Executiva Florianópolis que compõe a Superintendência Regional Sul.

## 16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**CRISTIANE ORZECOVICZ ZAPPELINI**

Coordenadora de Gestão de Benefícios da SR SUL

**LETICIA LOPES SOARES**

Chefe do SEREAB SR SUL



Assinou eletronicamente em 29/08/2025 às 13:14:41.

**LAURA SEGABINAZZI PACHECO**

Equipe de apoio



*Assinou eletronicamente em 29/08/2025 às 12:06:48.*

**FABIANA MELO DE MEDEIROS SANTOS**

Equipe de apoio



*Assinou eletronicamente em 29/08/2025 às 14:00:20.*

**JACQUELINE SANDRINO RIBEIRO**

Equipe de apoio



*Assinou eletronicamente em 29/08/2025 às 13:50:52.*

**LUIS FERNANDO DA ROCHA COELHO**

Equipe de apoio



*Assinou eletronicamente em 29/08/2025 às 14:36:10.*

SUPERINTENDENCIA REGIONAL SUL

Matriz de Gerenciamento de Riscos 29/2025

1. Informações Básicas

Número da Matriz de Alocação de Riscos	Responsável pela Edição	Data de Criação
29/2025	FABIANA MELO DE MEDEIROS SANTOS	27/08/2025 14:06
Objeto da Matriz de Riscos		
Concessão próteses determinação judicial GEXFLO segurados: JOÃO HENRIQUE BERGAMASCO CPF 066273268-50 e MANOEL FERREIRA SILVA CPF 057184554-14		

2. Histórico de Revisões

Nenhuma Revisão encontrada.

3. Riscos Identificados

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-01	Documentos do planejamento da contratação com incorreções e imprecisões.	Falhas na elaboração do ETP, TR, Mapa de Riscos, Edital.	Planejamento	Administração	Baixo	
Impactos						
1	Atraso no processo licitatório e eventual republicação do Edital.					
Ações Preventivas						
P-01	Revisão minuciosa de todos documentos da fase preparatória da licitação. Análise cautelosa do parecer jurídico e atendimento das recomendações. Utilização dos modelos pré-estabelecidos pela administração e observância das atualizações posteriores realizadas pela AGU em suas minutas padronizadas, para os documentos que couberem. Atendimento às orientações constantes no IPPC (Instrumento de Padronização dos Procedimentos da Contratação) da AGU/MGI.			Responsáveis: LETICIA LOPES SOARES, FABIANA MELO DE MEDEIROS SANTOS, JACQUELINE SANDRINO RIBEIRO, LAURA SEGABINAZZI PACHECO, LUIS FERNANDO DA ROCHA COELHO		
Ações de Contingência						
C-01	Revisão e alteração dos documentos e republicação do edital da licitação, se for o caso.			Responsáveis: LETICIA LOPES SOARES, FABIANA MELO DE MEDEIROS SANTOS, JACQUELINE SANDRINO RIBEIRO, LAURA SEGABINAZZI PACHECO, LUIS FERNANDO DA ROCHA COELHO		

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-02	Pesquisa de preços insatisfatória	Preços estimados que não condizem com os valores de mercado; dificuldade em conseguir orçamentos nas fontes recomendadas na Instrução Normativa vigente.	Planejamento	Administração	Médio	
Impactos						
1	Atraso no processo licitatório, licitação deserta ou fracassada, contratação com sobrepreço.					
Ações Preventivas						
P-01	Seguir todos os trâmites para realização da pesquisa de preços conforme normativo vigente. Revisão da pesquisa de preços por outros integrantes da equipe de planejamento.			Responsáveis: LETICIA LOPES SOARES, FABIANA MELO DE MEDEIROS SANTOS, JACQUELINE SANDRINO RIBEIRO, LAURA SEGABINAZZI PACHECO, LUIS FERNANDO DA ROCHA COELHO		
Ações de Contingência						
C-01	Refazer a pesquisa de preços, com as medidas necessárias para adequação do documento (seguir a normativa vigente, ampliar as fontes de orçamento, refazer a pesquisa nas fontes de dados). Atualização do ETP, TR e edital. Republicação do edital após atualização da pesquisa e dos artefatos.			Responsáveis: LETICIA LOPES SOARES, FABIANA MELO DE MEDEIROS SANTOS, JACQUELINE SANDRINO RIBEIRO, LAURA SEGABINAZZI PACHECO, LUIS FERNANDO DA ROCHA COELHO		

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-03	Fase preparatória da licitação prolongada.	Poucos servidores na equipe de planejamento. Falta de capacitação dos servidores envolvidos. Licitação com grande número de itens.	Planejamento	Administração	Médio	
Impactos						
1	Atraso na realização da licitação e, conseqüentemente, para a contratação.					
Ações Preventivas						
P-01	Alocação de número adequado de servidores para compor a equipe de planejamento. Capacitação continuada da equipe de planejamento. Responsáveis: LETICIA LOPES SOARES, VIVIAN ZENKER					
Ações de Contingência						
C-01	Designar novos servidores para compor a equipe de planejamento dessa licitação, a fim de trazer celeridade para conclusão do processo. Ampliar o período de dedicação (carga horária) dos servidores da equipe de planejamento desta licitação. Responsáveis: LETICIA LOPES SOARES, VIVIAN ZENKER					

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-04	Licitação deserta - processo licitatório sem empresas interessadas.	Preços inexequíveis para o mercado; divulgação ineficiente do pregão.	Seleção do Fornecedor	Administração	Alto	
Impactos						
1	Não formalização do novo contrato.					
Ações Preventivas						
P-01	Verificar no mercado fornecedor a compatibilidade das exigências do edital de licitação. Especificar os serviços de acordo com as práticas do mercado. Seguir todos os trâmites para realização da pesquisa de preços conforme normativo vigente. Analisar se os preços estimados estão em conformidade com os praticados pelo mercado. Reanálise do processo, revisando os preços encontrados e o Termo de Referência, se for o caso.			Responsáveis: LETICIA LOPES SOARES, FABIANA MELO DE MEDEIROS SANTOS, JACQUELINE SANDRINO RIBEIRO, LAURA SEGABINAZZI PACHECO, LUIS FERNANDO DA ROCHA COELHO		
Ações de Contingência						
C-01	Reavaliar as especificações dos itens desertos e do edital e realizar nova licitação.			Responsáveis: LETICIA LOPES SOARES, FABIANA MELO DE MEDEIROS SANTOS, JACQUELINE SANDRINO RIBEIRO, LAURA SEGABINAZZI PACHECO, LUIS FERNANDO DA ROCHA COELHO		

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-05	Licitação fracassada - todos os licitantes desclassificados ou com propostas inexequíveis ou valores superiores ao estimado na pesquisa de preços.	Exigências inadequadas de documentação no Edital; Falha na elaboração da pesquisa de Seleção do Fornecedor		Administração	Médio	
Impactos						
1	Não formalização do novo contrato.					
Ações Preventivas						
P-01	Verificar no mercado fornecedor a compatibilidade das exigências do edital de licitação. Especificar os serviços de acordo com as práticas do mercado. Seguir todos os trâmites para realização da pesquisa de preços conforme normativo vigente. Analisar se os preços estimados estão em conformidade com os praticados pelo mercado. Reanálise do processo, revisando os preços encontrados e o Termo de Referência, se for o caso. Especificar em edital, de forma clara e objetiva, as documentações obrigatórias e evitar exigências excessivas.			Responsáveis: LETICIA LOPES SOARES, FABIANA MELO DE MEDEIROS SANTOS, JACQUELINE SANDRINO RIBEIRO, LAURA SEGABINAZZI PACHECO, LUIS FERNANDO DA ROCHA COELHO		
Ações de Contingência						
C-01	Reavaliar as especificações dos itens fracassados e do edital e realizar nova licitação.			Responsáveis: LETICIA LOPES SOARES, FABIANA MELO DE MEDEIROS SANTOS, JACQUELINE SANDRINO RIBEIRO, LAURA SEGABINAZZI PACHECO, LUIS FERNANDO DA ROCHA COELHO		

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-06	Atraso no processo de seleção do fornecedor – processo de seleção do fornecedor ultrapassa o prazo esperado e razoável para a contratação.	Equipe de licitação reduzida; Tempo prolongado para análise das propostas pelo Pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio;	Seleção do Fornecedor	Administração	Baixo	
<b>Impactos</b>						



1	Atraso na formalização do novo contrato.					
Ações Preventivas						
P-01	Equalizar a quantidade de servidores na equipe de licitação e, se não for possível, solicitar a colaboração de servidores com experiência em outras Superintendências. Buscar iniciar processo licitatório com antecedência, contabilizando o lapso temporal da fase externa, a possibilidade de esclarecimento, impugnação e recurso pelas empresas interessadas/licitantes. Priorizar o processo licitatório.			Responsável: VIVIAN ZENKER		
Ações de Contingência						
C-01	Alocar servidores em quantidade suficiente para priorização do certame licitatório.			Responsável: VIVIAN ZENKER		
Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-07	Impugnações, recursos e ações judiciais na fase do pregão.	Falhas no planejamento da contratação.	Seleção do Fornecedor	Administração	Médio	
Impactos						
1	Atraso/estagnação do processo licitatório e/ou cancelamento do certame.					
Ações Preventivas						
P-01	Adotar especificações e exigências de habilitação de acordo com os normativos legais e aplicáveis ao objeto da contratação e à licitação. Revisão minuciosa dos documentos que compõem a fase preparatória e atenção especial aos critérios de seleção do fornecedor no Termo de Referência. Analisar as recomendações dos recentes Acórdãos exarados pelo TCU de modo a prevenir possíveis falhas no processo licitatório. Análise minuciosa do parecer jurídico e atendimento às recomendações. Acompanhar e cumprir os prazos da fase recursal.			Responsáveis: LETICIA LOPES SOARES, FABIANA MELO DE MEDEIROS SANTOS, JACQUELINE SANDRINO RIBEIRO, LAURA SEGABINAZZI PACHECO, LUIS FERNANDO DA ROCHA COELHO		
Ações de Contingência						
C-01	Alocar servidores qualificados para responder eventuais questionamentos e recursos. Suspensão do pregão para a reelaboração de documentos da fase preparatória, para republicação.			Responsáveis: LETICIA LOPES SOARES, FABIANA MELO DE MEDEIROS SANTOS, JACQUELINE SANDRINO RIBEIRO, LAURA SEGABINAZZI PACHECO, LUIS FERNANDO DA ROCHA COELHO		
Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-08	Contingenciamento de recursos orçamentários após a seleção do fornecedor.	Restrição/insuficiência de repasse de orçamento pelo Governo Federal. Programação orçamentária em desconformidade com a previsão orçamentária.	Gestão de Contrato	Administração	Médio	
Impactos						
1	Não formalização do contrato.					
Ações Preventivas						
P-01	Rever a estimativa das despesas no Plano de Contratações Anual - PCA, após a publicação da Lei Orçamentária Anual - LOA. Planejar as ações de forma que as solicitações de ateste de disponibilidade orçamentária aconteçam até setembro/outubro, evitando os pedidos nos últimos meses do ano.			Responsável: LETICIA LOPES SOARES		
Ações de Contingência						
C-01	Readequar o quantitativo a ser contratado ao orçamento disponível para realizar a contratação do serviço. Solicitação de suplementação orçamentária.			Responsável: LETICIA LOPES SOARES		
Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-09	Não cumprimento do prazo exigido para pagamento ao fornecedor.	Não monitoramento e acompanhamento do processo de pagamento; morosidade em anexar ao processo os documentos necessários para que se inicie o processo de pagamento.	Gestão de Contrato	Administração	Médio	
Impactos						
1	Pagamento de juros pelo INSS e prejuízos financeiros à contratada.					
Ações Preventivas						
P-01	Realização das etapas de recebimento provisório e definitivo dentro dos prazos estabelecidos e em conformidade com as exigências do Termo de Referência. Conferência da Nota fiscal, verificando se está em conformidade com as exigências do Termo de Referência. Monitoramento das etapas que envolvem o processo de pagamento.			Responsáveis: LETICIA LOPES SOARES, WESLEY BORGES FERREIRA		
Ações de Contingência						
C-01	Orientação dos servidores envolvidos quanto à necessidade de realização imediata das etapas de recebimento provisório e definitivo. Avaliar necessidade de abertura de processo de apuração de responsabilidade. Fiscalizar e acompanhar o fluxo de pagamento, solicitando complemento/regularização de documentação e substituição de notas fiscais, se for o caso.			Responsáveis: LETICIA LOPES SOARES, WESLEY BORGES FERREIRA		
Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-10	Descumprimento dos prazos por parte da contratada.	Contratada não cumpre prazos de atendimento, agendamento e entrega.	Gestão de Contrato	Contratada	Médio	
Impactos						
1	Atraso na prestação do serviço e, consequentemente, para entrega ao beneficiário. Beneficiário permanecerá mais tempo em percepção de auxílio por incapacidade ou sem condições de se manter no mercado de trabalho.					

Ações Preventivas						
P-01	Realizar um bom planejamento da fiscalização do contrato. Reunião de alinhamento com a contratada, previamente ao início da prestação do serviço, ressaltando os prazos de atendimento, agendamento e entrega. Exercer a fiscalização técnica do contrato em conformidade com as exigências previstas no Termo de Referência e contrato. Monitorando os prazos e acompanhando as ações.	Responsáveis: LETICIA LOPES SOARES, WESLEY BORGES FERREIRA				
Ações de Contingência						
C-01	Registrar a situação de descumprimento contratual e notificar a empresa contratada sobre o assunto, estabelecendo prazo para regularização da prestação dos serviços. Abrir processo para apuração de irregularidade contratual e aplicação de sanções. Se identificado descumprimento contratual, avaliar a necessidade de rescisão do contrato.	Responsáveis: LETICIA LOPES SOARES, WESLEY BORGES FERREIRA				
Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-11	Fornecimento de componente/material em desconformidade com os critérios estabelecidos.	Equívoco despropositado ou ação de má-fé por parte da empresa contratada; falha na fiscalização técnica do contrato.	Gestão de Contrato	Contratada	Médio	
Impactos						
1	Atraso na finalização do serviço e consequente inexecução parcial do contrato.					
Ações Preventivas						
P-01	Estabelecer critérios adequados de qualidade do material e prever sanções em caso de entrega em desconformidade com o previsto no Termo de Referência. Fiscalização técnica adequada e seguindo os trâmites previstos. Capacitação continuada dos fiscais técnicos. Realização de um bom planejamento da fiscalização e análise do histórico da empresa contratada.	Responsáveis: LETICIA LOPES SOARES, FABIANA MELO DE MEDEIROS SANTOS, JACQUELINE SANDRINO RIBEIRO, LAURA SEGABINAZZI PACHECO, LUIS FERNANDO DA ROCHA COELHO				
Ações de Contingência						
C-01	Registrar a situação de descumprimento contratual e notificar a empresa para substituição imediata dos componentes/materiais em desconformidade com os critérios especificados. Abrir processo para apuração de irregularidade contratual e aplicação de sanções.	Responsáveis: LETICIA LOPES SOARES, WESLEY BORGES FERREIRA				
Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-12	Segurado recusa a entrega ou não se adapta adequadamente ao recurso prescrito.	Prescrição inadequada. Inviabilidade de ortetização ou protetização. Segurado sem ciência da prescrição.	Gestão de Contrato	Administração	Médio	
Impactos						
1	Atraso na finalização do serviço. Impossibilidade de execução total do contrato.					
Ações Preventivas						
P-01	Solicitar a indicação de peritos médicos qualificados para prescrição de OPM. Solicitar a adoção dos "Parâmetros Descritivos Destinados à Concessão de Órteses, Próteses Ortopédicas Não Implantáveis de Membros Superiores e Inferiores, Meios Auxiliares de Locomoção e Acessórios" contidos no Manual de Reabilitação Profissional, ou outro que venha a substituí-lo, como referência para as prescrições. Encaminhar para reavaliação os segurados cujas prescrições não foram realizadas recentemente. Somente informar a demanda para a contratação após a ciência do segurado sobre o modelo do item a ser fornecido. Realizar o acompanhamento sistemático dos casos, orientando sobre a importância da manutenção de dados e informações pertinentes atualizadas à Equipe de Reabilitação Profissional, bem como esclarecer ao segurado sobre o fluxo de atendimento do Programa de Reabilitação Profissional - PRP, direitos, deveres e consequências.	Responsável: LETICIA LOPES SOARES				
Ações de Contingência						
C-01	Identificar as razões da não adaptação e propor soluções alternativas que possam trazer resolutividade para o caso, minimizando eventuais prejuízos ao erário. Adotar providências para ressarcimento de eventual prejuízo causado ao erário pelo segurado diante da recusa injustificada. Realizar o pagamento à empresa contratada apenas do serviço executado.	Responsáveis: LETICIA LOPES SOARES, WESLEY BORGES FERREIRA				
Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-13	Contratada não cumpre adequadamente com a prestação de serviço durante o prazo de garantia.	A empresa se nega a atender às solicitações de acionamento de garantia durante o prazo devido ou não cumpre os prazos previstos para atendimento.	Gestão de Contrato	Contratada	Médio	
Impactos						
1	Prejuízo à Administração e aos segurados, pela possível inviabilidade de manutenção do segurado no mercado de trabalho, o que pode levar a novo afastamento pelo INSS.					
Ações Preventivas						
P-01	Incluir no Termo de Referência e no Edital as condições relacionadas à garantia dos produtos e serviços, conforme a necessidade de cada item e de acordo com as práticas de mercado. Estabelecer sanção administrativa no Termo de Referência para a situação de descumprimento quanto à garantia dos serviços contratados.	Responsáveis: LETICIA LOPES SOARES, FABIANA MELO DE MEDEIROS SANTOS, JACQUELINE				


Ações de Contingência						
C-01	Registrar a situação de descumprimento contratual e notificar a empresa contratada sobre o assunto, estabelecendo prazo para regularização da prestação dos serviços. Abrir processo para apuração de irregularidade contratual e aplicação de sanções. Acionar diretamente a fabricante do material, se dentro do prazo de garantia estipulado.			Responsáveis: LETICIA LOPES SOARES, WESLEY BORGES FERREIRA		
Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-14	A contratada não consegue executar integralmente o contrato por falta de capacidade financeira e operacional.	Dificuldades financeiras e operacionais da empresa contratada; falência da empresa.	Gestão de Contrato	Contratada	Médio	
Impactos						
1	Atraso na finalização do serviço e consequente inexecução parcial do contrato.					
Ações Preventivas						
P-01	Adotar especificações e exigências de habilitação de acordo com as normativas legais aplicáveis ao objeto da contratação e à licitação. Ter especial atenção na análise da qualificação técnica e econômico-financeira da licitante, verificando se os balanços e atestados de fornecimento são compatíveis com o valor e o objeto da licitação. Prever em edital a rescisão contratual e a convocação do licitante subsequente, desde que atendida a ordem de classificação da licitação anterior e aceitas as mesmas condições oferecidas pelo licitante vencedor.			Responsável: VIVIAN ZENKER		
Ações de Contingência						
C-01	Registrar a situação de descumprimento contratual e notificar a empresa contratada sobre o assunto, estabelecendo prazo para regularização da prestação dos serviços. Abrir processo para apuração de irregularidade contratual e aplicação de sanções.			Responsáveis: LETICIA LOPES SOARES, WESLEY BORGES FERREIRA		


#### 4. Acompanhamento das Ações de Tratamento de Riscos


Nenhum acompanhamento incluído.

#### 5. Responsáveis / Assinantes

##### Equipe de Planejamento

**FABIANA MELO DE MEDEIROS SANTOS**  
Equipe de apoio  
 Assinou eletronicamente em 27/08/2025 às 15:04:44.

**LAURA SEGABINAZZI PACHECO**  
Equipe de apoio  
 Assinou eletronicamente em 27/08/2025 às 15:07:36.

**LUIS FERNANDO DA ROCHA COELHO**  
Equipe de apoio  
 Assinou eletronicamente em 27/08/2025 às 15:13:05.



Número do Documento de Formalização da Demanda: 31/2024

## 1. Informações Gerais

Área requisitante	Data da conclusão da contratação	UASG	Editado por
Serviço de Reabilitação Profissional	31/07/2025 00:00	510181	LETICIA LOPES SOARES

Descrição sucinta do objeto  
Serviços de ortetização e protetização para atendimento de segurados em reabilitação profissional.  
Justificativa da prioridade

Justifica-se a alta prioridade na prestação desse serviço, uma vez que ela é essencial para o prosseguimento ou encerramento do Programa de Reabilitação Profissional. A celeridade na concessão de tais recursos materiais ao beneficiário, está diretamente relacionada a um menor tempo em benefício, e consequentemente, maiores possibilidades de reinserção no mercado de trabalho. Cabe ressaltar que também contamos com uma demanda represada de anos anteriores.

## 2. Justificativa de Necessidade

A necessidade da contratação é a prestação de serviço de ortetização e protetização aos segurados em programa de Reabilitação Profissional da Superintendência Regional SUL , em cumprimento das obrigações legais do INSS, especialmente as constantes dos artigos 89 e 90 da Lei 8.213 /1991, artigos 136 e 137 do Decreto 3048/1999, Resolução Nº 626/PRES/INSS, de 09 de Fevereiro de 2018 e artigo 419 da Instrução Normativa INSS /PRES 128/2022. A contratação abrangerá os segurados de todas as gerências executivas do Rio Grande do Sul na abrangência da SR SUL. Pretende-se realizar a contratação de 299 próteses e 75 órteses.

## 3. Materiais/Serviços

### 3.1 Materiais

Nenhum material incluído.

### 3.2 Serviços

Nº do item	Grupo	Descrição	Qtd	Val. unit. (R\$)	Val. total (R\$)
1	SERVIÇOS DE SAÚDE HUMANA	CONFECÇÃO DE PRÓTESE ORTOPÉDICA	1,00	16.248.793,34	16.248.793,34

## 4. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Despacho: Equipe de planejamento - membro do Licit OPM

**PAULO ROBERTO DA COSTA**  
Analista do Seguro Social

**LAURA SEGABINAZZI PACHECO**

Analista do Seguro Social

**LETICIA LOPES SOARES**

Chefe do Serviço de Reabilitação Profissional SR SUL

**5. Acompanhamento**

IdAcompanhamento	Responsável	Data
1 A Divisão de Reabilitação Profissional realizou a análise técnica do documento de formalização da demanda (DFD) em questão e verifica-se que está alinhado com as diretrizes estabelecidas no OFÍCIO SEI CIRCULAR Nº 2/2024/DIROFL-INSS, de 1º de fevereiro de 2024. Observou-se ter sido realizada uma eficiente compilação das necessidades de mesma natureza e uma adequada agregação de valores. Portanto, não há neste momento objeções da área técnica quanto ao objeto demandado.	FLAVIA	27/03
	CRISTINA	/2024
	CANCADO	13:00
	DE MEDEIROS	

**6. Relacionamentos**

Nenhum relacionamento encontrado.